NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 05/Mar

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1923 | 2018

Campanha Salarial: Greve dos vigilantes do DF continua, decide categoria

Nesta sexta-feira (2/3) o Sindicato dos Vigilantes continuou a intensa negociação para a Campanha Salarial de 2018.

Foram realizadas duas audiências no decorrer do dia. Pela manhã, a diretoria do SindesvDF compareceu ao Tribunal Regional do Trabalho em uma audiência de conciliação conduzida pelo presidente da corte em uma tentativa extrajudicial de se chegar a um acordo que não houve.

Os empresários mantiveram a proposta de dividir o auxílio alimentação em duas partes: em dinheiro e em cestas básicas. Além disso, eles ofereceram um reajuste de 2%. Dissemos de imediato que tal proposta era inaceitável.

Na sequência, participamos de uma intermediação na Procuradoria-Geral do Trabalho também como uma tentativa de acordo entre os sindicatos. Os empresários se mantiveram irredutíveis nas mesmas propostas lesivas aos interesses dos vigilantes.

Passadas essas duas audiências, a verdade é que não houve acordo e fica evidente que os empresários se mantêm determinados em acabar com o Sindicato dos Vigilantes e em não garantir os direitos da categoria.

No início da noite, a categoria realizou uma grande assembleia na qual foi submetida aos participantes a proposta patronal e, obviamente, foi rechaçada por unanimidade e, desta forma, decretada a continuidade da greve.

Os patrões entraram na justiça para impedir o SindesvDF de conduzir a greve. Já no decorrer da noite, o sindicato recebeu a notificação judicial com a liminar multando o sindicato em R$ 100 mil. O Sindicato vai recorrer da liminar e a greve continua.

No entanto, se os empresários pensam que vão conseguir por um fim à nossa paralisação com a aplicação de multa e liminares judiciais, estão redondamente enganados.

Continuaremos lutando para que os nossos

direitos sejam mantidos. Para tanto, é de extrema importância – e mais do que nunca nesse momento – a união dos vigilantes para que obtenhamos sucesso nesta negociação.

Não iremos ficar esperando 180 dias, como no ano passado, para que acabemos com o reajuste no último mês do ano e sem direito a retroativo.

A luta continua.

Todos e todas à Assembleia Geral, dia 05/03, segunda-feira,às 19h30 na Rampa dos Vigilantes, Conic.

Fonte: Sindesv-DF

Campanha Salarial: Vigilantes do Rio Grande do Norte mantêm Greve cada vez mais forte de maneira ordeira e pacífica

Neste final de semana o coordenador geral do SINDSEGUR, Pablo Henrique, e os diretores Allan Cardec e Eriberto da Silva visitaram várias regiões do estado com o objetivo de reforçar a Greve dos Vigilantes e orientar a categoria a respeitar as decisões judiciais.

É preciso estar atento e forte para fortalecer cada vez mais o movimento grevista de maneira ordeira e pacífica. Essa é a orientação do SINDSEGUR, que segue organizando a Greve dos Vigilantes em todo o Rio Grande do Norte até que os patrões decidam manter todos os direitos conquistados na Convenção Coletiva de Trabalho, além do reajuste salarial equivalente ao índice da inflação mais 3% de ganho real.

Da mesma maneira a direção do nosso sindicato orienta a categoria manter o sentimento de união e continuar gritando pra valer: NENHUM DIREITO A MENOS!

Fonte: Sindsegur-RN

Campanha Salarial: Assembleias do Rio Grande do Sul começam terça-feira (06), em São Jerônimo

Com a confirmação da nova proposta patronal, apresentada na reunião de negociação ocorrida ontem (1º), o Sindivigilantes do Sul definiu a agenda das assembleias que vão avaliar o que as empresas estão oferecendo à categoria.

A primeira acontece em São Jerônimo, terça-feira à noite (06) e na capital ela acontece quinta-feira (08), em duas sessões, pela manhã e noite. Confira a programação completa:

– São Jerônimo: dia 06, terça-feira, às 19h30. Local: Câmara Municipal, à Rua Osvaldo Aranha, 175, Centro.

– Camaquã: dia 07, quarta-feira, às 19h30. Local: Na subsede, à Rua Cristóvão Gomes de Andrade, 919 B, Centro.

– Porto Alegre: dia 08, quinta-feira, com 1ª Sessão às 7h30, em primeira chamada, e 08h em segunda chamada. 2ª Sessão às 19h30 em primeira chamada e 20h em segunda chamada. Local: Sindipolo, à Avenida Júlio de Castilhos, nº 596/8º andar.

– São Luiz Gonzaga: dia 09, sexta-feira, às 19h30. Local: Sindicato da Alimentação, à Rua Rui Ramos, 1322, Centro.

– Santo Ângelo: dia 10, sábado, às 10h. Local: Sindicato dos Bancários, à Rua dos Andradas, 1161, Centro.

A proposta patronal

Conforme divulgamos em comunicado urgente, no final da tarde de ontem, a entidade patronal (Sindesp) apresentou na reunião de negociação o índice de 2,81% de reajuste, piso salarial de R$ e R$ 19,23 o valor do Vale Alimentação (VA).

Porém, sobre as cláusulas da primeira proposta consideradas prejudiciais à categoria, relacionadas à reforma trabalhista, algumas foram retiradas, mas outras foram mantidas

pelos donos das empresas. Veja um resumo abaixo.

– O reajuste indicado, de 2,81%, é superior à primeira proposta, que era de 1,87% e correspondia exatamente à inflação na data-base (1º de fevereiro).

– Com isso, a hora trabalhada dos vigilantes passa a valer R$ 6,58 (seis reais e cinquenta e oito centavos) por hora e, por consequência, o salário vai a R$ 1.447,60.

– Aplica-se o mesmo reajuste para o ASP, que passa a receber R$ 5,19 (cinco reais e dezenove centavos) por hora e, por consequência, o salário será de R$ 1.141,80.

– Na discussão que houve, com o contraponto dos sindicatos, algumas cláusulas consideradas prejudiciais aos vigilantes foram retiradas, mas outras foram mantidas pelos donos das empresas.

– Entre os itens que eles disseram que aceitam retirar do documento estão aquelas várias escalas que apresentaram antes.

– No entanto, outros itens danosos à categoria continuam na proposta deles, como a vigência da Convenção Coletiva somente após o registro no Ministério do Trabalho, ou seja, caso haja demora na assinatura da CCT, os valores não serão pagos retroativos à data-base.

– Também mantiveram o intervalo reduzido para 30 minutos, bem como a possibilidade de que seja fracionado em duas vezes e, ainda, o início do intervalo uma hora após o início da jornada ou antes do final da mesma.

– Concordam que as homologações das rescisões continuem sendo feitas no sindicato, mas apenas as dos associados.

– Concordam em retirar a obrigatoriedade da quitação anual de débitos trabalhistas.

– No auxílio-funeral para os dependentes, foi reduzido o tempo mínimo de empresa de três para dois anos.

– Fica vedado às empresas utilizar a rubrica ajuda de custo para pagar parcelas remuneratórias do tipo: horas extras, adicionais noturnos, repousos, feriados, etc.

– O perímetro de deslocamento para outro posto de trabalho, que havia sido proposto para 100 quilômetros, voltou a ser de 30 quilômetros, como era antes.

ATENÇÃO: Este é apenas um resumo da proposta patronal. A íntegra está sendo examinada pela direção e nosso Departamento Jurídico. Se for o caso, traremos mais detalhes a qualquer momento. A categoria pode sugerir, opinar, antes mesmo da assembleia. Basta ligar, falar com os diretores no seu local de trabalho ou nos procurar no sindicato. Temos que discutir bem a situação para tomarmos uma decisão muito firme e consciente nas assembleias. Esperamos vocês lá. Participem, compareçam!

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Locais com caixas eletrônicos em Santos devem ter vigilantes

Lei municipal entrou em vigor em fevereiro, mas Prefeitura ainda não fiscaliza seu cumprimento

Lei prevê que caixas deverão ter segurança armado ao lado, por exemplo (Foto: Rogério Soares/AT)

Todos os locais que possuem caixas eletrônicos em Santos, sejam agências bancárias ou comércios, são obrigados a manter vigilantes armados, alarme ligado com os órgãos de segurança pública ou com a empresa prestadora de serviços de vigilância e equipamentos de captação de imagens.

A lei foi sancionada pelo prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) em outubro de 2017 e entrou em vigor no mês passado, após 120 dias para que os locais pudessem se adequar. O não cumprimento pode resultar em advertência, multa (a ser estipulada) e até suspensão do alvará de funcionamento. Porém, a Prefeitura ainda não sabe como fará a fiscalização, porque ainda falta regulamentar a medida.

Em nota, a Administração Municipal informa que está elaborando um decreto para a regulamentação da lei com o objetivo de determinar como será a fiscalização competente e quais estabelecimentos devem ser fiscalizados, "pois é necessário esclarecer que alguns pontos (da lei) podem interferir no dia a dia do munícipe ou do comércio que tenha um caixa eletrônico".

A obrigatoriedade da manutenção de segurança privada, durante o período de funcionamento dos locais em que houver a instalação de caixas eletrônicos, resultou de projeto de lei do vereador Sérgio Santana (PR), que é policial militar. Segundo ele, a responsabilidade pelo segurança não é dos comércios, mas dos bancos.

"Quem é responsável pelos caixas tem a obrigação de colocar vigilantes para tomar conta, mas de forma alguma queremos onerar os comerciantes. Caixa eletrônico é banco 24 horas. Se é banco, tem que ter vigilante. Vou apresentar um requerimento na Câmara cobrando fiscalização imediata por parte da Prefeitura", diz o vereador.

Explosões e arrombamentos de caixas eletrônicos estão se tornando cada vez mais comuns e violentos por todo o país. Presença de vigilantes deve inibir ação de bandidos.

Febraban

Em nota enviada para A Tribuna, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) afirma que as instituições financeiras investem cerca de R$ 9 bilhões por ano em segurança e vêm aperfeiçoando seus sistemas de segurança para torná-los mais eficazes.

Diz, ainda, que a facilidade das áreas de autoatendimento é oferecida voluntariamente pelos bancos à população, que assim dispõe da conveniência de utilizar caixas automáticos além do horário de expediente bancário.

A Febraban garante que a permanência de vigilantes nas áreas de autoatendimento das agências fora do horário normal de expediente bancário, inclusive no período noturno e nos sábados, domingos e feriados, não melhora a segurança e pode gerar problemas adicionais.

"O vigilante armado e com colete balístico na sala de autoatendimento nesses períodos de baixo movimento é alvo fácil de assaltantes interessados em roubar seu colete e arma para a prática de outros crimes. Além de impactar negativamente a segurança dos próprios vigilantes – dada a enorme discrepância entre o armamento usado por estes e o arsenal de que dispõem os criminosos - os clientes que estiverem no local nestes horários estarão expostos a riscos adicionais".

Fonte: A Tribuna

Fala CNTV

Iniciado no Rio Grande do Sul e atualmente encabeçado pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), o Projeto Vigilante 24 já é realidade em diversos Estados Brasileiros e vem gerando mais emprego e segurança tanto para clientes e usuários quanto para funcionários das instituições financeiras. A CNTV entende que um projeto irmão, que visa manter vigilância em locais com autoatendimento, deve ser exaltado, uma vez que tem também como objetivo a proteção da vida das pessoas em um cenário de ataques e explosões cada vez mais violentos.

A CNTV lembra ainda que disponibiliza às entidades um texto-base de projeto de Lei "Vigilante 24 horas". O objetivo é que cada sindicato procure seus representantes nas câmaras municipais e/ou assembleias legislativas para apresentar o PL. O objetivo é garantir que todas as instituições bancárias do país sejam obrigadas a disponibilizar vigilância armada 24 horas por dia, todos os dias, inclusive feriados e finais de sema.

Fonte: CNTV

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF